

REQUERIMENTO Nº
(Do Sr. Orlando Silva)

Requer realização de Audiência Pública para tratar dos efeitos da inteligência artificial (IA) sobre integridade da informação, com foco nos riscos e desafios associados à distribuição automatizada de conteúdos, à disseminação de desinformação, à manipulação algorítmica e à geração de conteúdos sintéticos e *deep fakes*.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de reunião de Audiência Pública para tratar dos efeitos da inteligência artificial (IA) sobre a integridade da informação, com foco nos riscos e desafios associados à distribuição automatizada de conteúdos, à disseminação de desinformação, à manipulação algorítmica e à geração de conteúdos sintéticos e *deep fakes*.

Indico, para tanto, os seguintes debatedores:

- Artur Romeu - diretor do escritório da Repórteres Sem Fronteiras para a América Latina
- Mônica Steffen Guise - Head de Políticas Públicas do TikTok
- João Brant - secretário de Políticas Digitais da Secretaria de Comunicação da Presidência da República
- Dráuzio Varella - médico, cientista e escritor
- Lucia Maria Teixeira Ferreira - Procuradora de Justiça aposentada do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e pesquisadora do grupo ETHICS4AI do IDP

JUSTIFICAÇÃO

O avanço das tecnologias de inteligência artificial, especialmente dos sistemas generativos, tem transformado de maneira profunda o ecossistema de produção, circulação e consumo de informações. Ferramentas capazes de gerar, editar, compilar ou replicar conteúdos automaticamente trazem preocupações urgentes quanto à integridade da



informação, diante da proliferação de conteúdos sintéticos, *deep fakes* e narrativas manipuladas por algoritmos.

A disseminação automatizada de desinformação, a opacidade dos processos algorítmicos e a dificuldade de verificação da veracidade das fontes tornam-se ameaças concretas à confiabilidade do espaço informacional e à formação de uma esfera pública baseada em fatos. Nesse contexto, torna-se essencial debater mecanismos que promovam transparência, responsabilidade e salvaguardas éticas no uso de sistemas de IA.

Diante desses desafios, a realização de audiência pública se justifica como um espaço democrático fundamental para ouvir especialistas, organizações da sociedade civil, representantes do setor tecnológico e da academia, com o objetivo de discutir os impactos da IA generativa na integridade e veracidade das informações circulantes; avaliar os riscos sociais, políticos e culturais decorrentes da manipulação algorítmica e da distribuição automatizada de conteúdos sintéticos; identificar caminhos regulatórios e princípios éticos para a governança da inteligência artificial; e contribuir com subsídios para o debate sobre o PL 2.338/2023, assegurando salvaguardas à integridade da informação e à confiança pública nos ecossistemas informacionais.

Sala das Comissões, em ____ de julho de 2025

Deputado Federal Orlando Silva
PCdoB/SP

